

volume

25/1

Dezembro/2019

ISSN 2596-2876

ICH - UFPel



História em revista

revista do núcleo de documentação histórica



dossiê: **História Oral**

Hist. Rev. Pelotas Número 25/1 p.1 - 132 dez. 2019





**Obra publicada pela
Universidade Federal de
Pelotas**

Reitor

Pedro Rodrigues Curi Hallal

Vice-Reitor

Luis Isaías Centeno do Amaral

Direção de Gabinetes da Reitoria

Taís Ullrich Fonseca

Pró-Reitora de Ensino

Maria de Fátima Cóssio

*Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-Graduação e
Inovação*

Flávio Fernando Demarco

Pró-Reitora de Extensão e Cultura

Francisca Ferreira Michelin

Pró-Reitor de Assuntos Estudantis

Mário Renato de Azevedo Jr.

Pró-Reitor Administrativo

Ricardo Hartlebem Peter

*Pró-Reitor de Gestão da Informação e
Comunicação*

Julio Carlos Balzano de Mattos

Pró-Reitor de Planejamento e Desenvolvimento

Otávio Martins Peres

Pró-Reitor de Gestão de Pessoas

Sérgio Batista Christino

*Editora e Gráfica Universitária - Conselho
Editorial*

Pres. do Conselho Editorial: João Luis Pereira

Ourique

*Repr. das Engenharias e Computação: Darci
Alberto Gatto*

*Repr. das Ciências Biológicas: Flávio Roberto
Mello Garcia e Marines Garcia (suplente)*

*Repr. das Ciências da Saúde: Francisco
Augusto Burkert Del Pino e Claiton
Leoneti Lencina (suplente)*

*Repr. das Ciências Agrônômicas: Cesar Valmor
Rombaldi, Guilherme Albuquerque de
Oliveira Cavalcanti (suplente) e Fabrício de
Vargas Arigony Braga (suplente)*

*Repr. das Ciências Humanas: Márcia Alves da
Silva e Cláudio Baptista Carle (suplente)*

*Repr. das Ciências Sociais Aplicadas: Carla
Rodrigues Gastaud*

*Repr. das Linguagens e Artes: Josias Pereira da
Silva e Eleonora Campos da Motta Santos
(suplente)*

Instituto de Ciências Humanas

Diretor: Prof. Dr. Sebastião Peres

*Vice-Diretora: Profa. Dra. Andréa Lacerda
Bachettini*

*Núcleo de Documentação História da UFPel –
Profa. Beatriz Ana Loner*

Coordenadora:

Profª Dra. Lorena Almeida Gill

Membros do NDH:

Profª Dra. Lorena Almeida Gill

Prof. Dr. Aristeu Elisandro Machado
Lopes

Técnico Administrativo:

Paulo Luiz Crizel Koschier

História em Revista – Publicação do Núcleo de Documentação Histórica

Comissão Editorial:

Prof. Dr. Aristeu Elisandro Machado Lopes
Prof^a Dra. Lorena Almeida Gill

Conselho Editorial:

Prof^a Dra. Helga I. Landgraf Piccolo (UFRGS)
Prof. Dr. René Gertz (UFRGS) (PUCRS)
Prof. Dr. Temístocles A. C. Cezar (UFRGS)
Prof^a Dra. Beatriz Teixeira Weber (UFSC)
Prof^a Dra. Maria Cecília V. e Cruz (UFBA)
Prof. Dr. Marcelo Badaró Mattos (UFF)
Prof^a Dra. Joan Bak (Univ. Richmond – USA)
Prof. PhD Pablo Alejandro Pozzi (Universidad de Buenos Aires).
Prof. Tommaso Detti (Università Degli Studi di Siena)

Editores: Lorena Almeida Gill | Pablo Alejandro Pozzi | Robson Laverdi

Edição e Capa: Paulo Luiz Crizel Koschier

Pareceristas ad hoc: Ana Sosa Gonzalez (UFPel) | Geni Rosa Duarte (Unioeste) | Ilton Cesar Martins (UNESPAR) | Losandro Antonio Tedeschi (UFGD) | Luís Fernando Cerri (UEPG) | Maralice Maschio (FAMA) | Méri Frotscher Kramer (Unioeste) | Rosângela Zulian (UEPG) | Eudes Fernando Leite (UFGD)

Editora e Gráfica Universitária

R Lobo da Costa, 447 – Pelotas, RS – CEP 96010-150 | Fone/fax: (53)3227 8411
e-mail: editora@ufpel.edu.br

Edição: 2019/1

ISSN – 2596-2876

Dados de catalogação na fonte:

Aydê Andrade de Oliveira - CRB -
10/864

História em revista / publicação do Núcleo de Documentação Histórica. Instituto de Ciências Humanas. Universidade Federal de Pelotas. v.25/1, (dez. 2019). – Pelotas: Editora da UFPel, 2019. 1v.

Semestral
ISSN 2596-2876

1. História - Periódicos. I. Núcleo de Documentação Histórica. Instituto de Ciências Humanas. Universidade Federal de Pelotas.

CDD 930.005

Indexada pela base de dados Worldcat Online Computer Library Center

UFPel/NDH/Instituto de Ciências Humanas

Rua Cel. Alberto Rosa, 154 - Pelotas/RS - CEP: 96010-770

Fone: (53) 3284 3208 -

<http://wp.ufpel.edu.br/ndh/>

e-mail: ndh.ufpel@gmail.com

* Obra publicada em **abril de 2020**



CAIS DO VALONGO: MEMÓRIA ESCRAVISTA E HERANÇA CULTURAL

VALONGO WHARF: SLAVE MEMORY AND CULTURAL HERITAGE

Vanessa de Araújo Andrade¹
Jéssica de Freitas e Gonzaga da Silva²

Resumo. O artigo apresenta uma análise do papel histórico e cultural do Cais do Valongo, recentemente declarado Patrimônio Cultural da Humanidade. Através de análise bibliográfica, busca compreender sua relação com a dinâmica escravista e com o seu entorno, onde se fixaram inúmeros africanos e afrodescendentes, bem como os desdobramentos e influências culturais geradas pela convivência desta população. Analisa também a herança cultural africana e os processos de desqualificação e silenciamento que esta herança sofreu. Considera a patrimonialização do Cais num contexto de gentrificação do seu entorno e, por fim, levanta questões sobre seu papel como patrimônio e herança histórica no futuro.

Palavras chave: Cais do Valongo, Pequena África, escravidão, memória, cultura.

O Cais do Valongo, considerado um dos principais vestígios materiais referentes à escravização de africanos no Brasil, está localizado no Rio de Janeiro e esteve em operação entre 1774 e 1831, após o decreto da Lei de 1831, responsável pela abolição do tráfico negreiro³. Após sofrer uma remodelação na década de 1840, foi soterrado nas reformas urbanas dos primeiros anos do século XX, operacionalizadas pelo então presidente

¹ Mestra em História, Política e Bens Culturais - CPDOC - Fundação Getúlio Vargas. E-mail varaujo80@gmail.com.

² Doutoranda em História, Política e Bens Culturais pela Fundação Getúlio Vargas.

³ Em 1831, o Governo Imperial aprovou o projeto de lei de proibição do tráfico, determinando: “Declarar livres todos os escravos vindos de fora do Império e impõe penas aos importadores dos mesmos escravos” (GRINBERG; MAMIGONIAN, 2018, p. 286). Após sua vigência os africanos deveriam obter a emancipação e retornar à África, uma vez que estava proibido o desembarque nos portos brasileiros mediante pagamento de multa àqueles que desobedecessem à ordem. Por consequência, os homens, mulheres e crianças apreendidas eram renomeadas como africanos livres. É importante salientar que membros da elite política brasileira atuavam com dispositivos, tais com a falsificação de documentos e a execução de tráfico ilícito, para impedir a liberdade desses indivíduos e rejeitar a aplicação da Lei de 1831.

Rodrigues Alves⁴ e pelo prefeito Pereira Passos⁵, e foi “redescoberto” nas obras de revitalização da área portuária da cidade do Rio de Janeiro em 2011. Considerado um sítio arqueológico e histórico de relevância histórica, os arqueólogos e historiadores que trabalharam em sua redescoberta pleitearam junto à Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) sua inscrição como Patrimônio Cultural da Humanidade, sendo aceito em 09 de julho de 2017.

A UNESCO declarou, em sua aceitação do Dossiê de candidatura, que o Cais é um dos elementos físico importante da chegada dos africanos escravizados no continente americano, por ter sido o local de desembarque de aproximadamente 500 mil a um milhão de pessoas, entre fins do século XVIII e início do XIX. O local foi inscrito como sítio sensível, que desperta a memória de eventos dolorosos e é relacionado à violação de direitos humanos, tal qual Hiroshima⁶ e Auschwitz⁷, para citar outros exemplos na mesma categoria⁸.

Há que se considerar que, dentre os desdobramentos desta redescoberta – que não pode ser considerada como casual, apesar das considerações iniciais relatando o encontro do “Cais da Imperatriz”⁹, uma vez

⁴ Francisco de Paula Rodrigues Alves (1848-1919) foi presidente da Província de São Paulo durante o Império e foi presidente da República entre 1902 e 1906. Chegou a ser reeleito mas faleceu antes de assumir o segundo mandato.

⁵ Francisco Franco Pereira Passos (1836-1913) foi engenheiro, tendo estudado em Paris e acompanhado durante seus estudos a reforma da cidade promovida pelo político francês Georges-Eugene Haussmann (1809-1891). Após seu retorno ao Brasil, dedicou-se à expansão das ferrovias em atendimento à demanda da economia cafeeira. Participou da Comissão de Melhoramentos Imperial de 1874 a 1876. Foi nomeado prefeito do Rio de Janeiro em 1902, permanecendo até 1906, sendo incumbido pelo presidente Rodrigues Alves a efetuar obras de melhoria na cidade.

⁶ Cidade japonesa onde ocorreu bombardeio atômico norte-americano contra o Império do Japão em agosto de 1945, ao final da Segunda Guerra Mundial (1939-1945).

⁷ Campo de concentração operado pela Alemanha Nazista, localizado no sul da Polônia. É reconhecido pela comunidade internacional como símbolo do Holocausto, extermínio de judeus, durante a Segunda Guerra Mundial (1939-1945).

⁸ ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA. *Representação da UNESCO no Brasil. Cais do Valongo é o novo sítio brasileiro inscrito na lista do Patrimônio Mundial da Humanidade*. Brasília, 09 jun. 2017. Disponível em <http://www.unesco.org/new/pt/brasil/ia/about-this-office/single-view/news/valongo-wharf-is-the-new-brazilian-site-inscribed-on-unesco/>, acesso em 22 set. 2017.

⁹ WERNECK, Felipe. Estrutura de antigo Cais da Imperatriz é achada durante escavação

que nunca houve segredo da real localização do Cais – também há a questão de sua inscrição no Circuito Histórico e Arqueológico de Herança Africana, que engloba vários locais do entorno do Cais, inclusive a área conhecida como Pequena África, na região Portuária do Rio. No entanto, apesar do destaque dado ao Cais,, não se observa a mesma atenção aos demais pontos deste Circuito, em especial à Pequena África e ao Cemitério dos Pretos Novos.

O objetivo deste artigo é analisar o papel histórico e cultural do Cais do Valongo, considerando sua importância no período de tráfico escravista, raiz de sua relevância histórica e cultural na atualidade. Buscaremos compreender também a relação do Cais com a região portuária e a Pequena África, relação esta permeada pelos africanos escravizados e seus descendentes desde a época de atividade do Cais até o século XXI, e as ações de silenciamento e desqualificação da herança e memória ligadas à cultura africana. Por fim, pretendemos questionar a quais interesses obedece essa patrimonialização do Cais do Valongo dentro de um processo de gentrificação da área portuária, uma vez que há uma diversidade de discursos sobre a questão da Herança Africana, bem como uma atenção diversa entre o Cais em si e os outros elementos que são identificados como da cultura africana e afro-brasileira.

O Cais do Valongo através do tempo

O Cais do Valongo é um vestígio físico da história da escravidão no mundo, não só por ser o mais preservado, mas por ter recebido aproximadamente um quarto dos africanos escravizados que chegaram às Américas, conforme explica o Dossiê de Candidatura a Patrimônio Cultural (IPHAN, 2016). O local funcionava como ponto de desembarque e área de comércio de cativos desde 1774, por determinação do Marquês de Lavradio (1699-1730), para afastar o “infame comércio”, como o denominou o marquês, da vida mais central da cidade, e o cais de pedra foi construído em 1811, colocando a região no auge de sua atuação como área de comércio escravista, até a proibição do tráfico em 1831 (SOARES, 2018).

A região do Valongo concentrou, neste período, a maior parte do comércio humano do Rio de Janeiro, funcionando não só para o desembarque dos escravizados após sua passagem pela alfândega, também possuindo casas de engorda, o lazareto para recuperação dos que chegavam doentes, o mercado de

no Rio. In: *Estadão*. Rio de Janeiro, 01 mar. 2011. Disponível em <https://brasil.estadao.com.br/noticias/geral,estrutura-de-antigo-cais-da-imperatriz-e-achada-durante-escavacao-no-rio,686309m>, acesso em 18 set. 2018.

escravos e o Cemitério dos Pretos Novos, onde eram sepultados os que não sobreviviam à travessia ou faleciam logo após o desembarque.

Em 1831 foi promulgada a Lei Feijó, proibindo o tráfico transatlântico de africanos destinados à escravização no Brasil e os comerciantes buscaram outras saídas para manter seu comércio, tais como o desembarque dos escravizados trazidos pelo tráfico ilegal em áreas mais afastadas da cidade. A promulgação da lei obedeceu à pressão inglesa pelo fim do tráfico escravista, mas foi cumprida apenas no papel, uma vez que o tráfico permaneceu, mesmo que oculto (PEREIRA, 2007). O antigo mercado de escravos foi desativado, os trapiches usados para armazenamento de mercadorias até a reforma operada pelo arquiteto Grandjean de Montigny (1776-1850), vindo através da missão artística francesa (LAMARÃO, 1991), que no lugar do mercado construiu uma grande praça e reformou o cais de pedra. Em 1843, o cais foi o cenário do desembarque da Imperatriz Tereza Cristina (1822-1889), consorte do Imperador D. Pedro I (1798-1834), sendo rebatizado como Cais da Imperatriz e mudando sua história e a significação, como analisam Moraes (2016) e Jordão (2015).

Com a reforma e mudança do nome, procedeu-se ao apagamento da memória do tráfico e comércio humano ligada àquele local. A reforma modificou a aparência do Cais, decorando-o com estátuas de mármore, hoje dispostas no Jardim Suspenso do Valongo, trazendo não só uma mudança estética mas também uma alteração da memória associada ao local. Como se, ao vincular ao cais à imperatriz e a uma estética diferentes, fosse possível silenciar e apagar a utilização pregressa do Cais para o tráfico de pessoas escravizadas. (JORDÃO, 2015).

No início do século XX, já no período republicano, as obras da região portuária do Rio de Janeiro vão ao encontro de um ideal de modernidade e de inserção do Brasil e de sua capital num cenário mais cosmopolita, inspirado nas metrópoles europeias. As reformas efetuadas pelo presidente Rodrigues Alves e pelo prefeito Pereira Passos buscam revitalizar e modernizar a cidade do Rio de Janeiro (AZEVEDO, 2016; BENCHIMOL, 1992).

A região portuária era ponto focal das intenções de reforma do presidente, aumentando tanto a capacidade de trânsito de mercadorias quanto as possibilidades de arrecadação tributária. Com as modificações e aterramentos para retificação da linha portuária, o cais foi aterrado, restando em seu lugar a praça do Jornal do Comércio, um obelisco de pedra referenciando o lugar como o antigo Cais da Imperatriz. Verifica-se nenhuma referência ao desembarque do comércio escravista, portanto, nenhum resquício da memória dos milhares de indivíduos que passaram por ali contra sua vontade. Conforme análises da

historiografia¹⁰ estas mudanças – primeiro a reforma, depois o total aterramento – podem ser compreendidos como um silenciamento da memória da escravidão e do tráfico negreiro. O Rio precisava ser modernizado, saneado, tornando-se uma cidade atrativa para investimentos estrangeiros, fossem mediante financiamento do capital externo ou na forma de imigração. Como destaca Azevedo (2016), o progresso necessitava ser visto como um fim em si mesmo, e não como apenas um apanágio da civilização. Além do apagamento da memória dos africanos escravizados que ali passaram e ali socializaram, apagava-se também o local que remetia a um momento não desejável na memória da cidade, pois o objetivo republicano era desarticular-se de quaisquer resquícios coloniais e imperiais, e a escravidão era interpretada como um entrave ao progresso material do país (AZEVEDO, 2016, p. 33).

Sidney Chalhoub (1986) aponta o quanto a vida portuária do Rio de Janeiro é indissociável das tradições afro-brasileiras. Ao analisar o histórico de variolização e vacinação que culminou na Revolta da Vacina de 1904, o autor aponta que um dos motivos da recusa à vacinação, além da questão da ingerência da saúde pública no interior de suas casas, poderia ser uma devoção dos residentes da área a Omolu, divindade iorubá historicamente ligada à varíola. Hebe Mattos e Martha Abreu (2015) ressaltam também que a região portuária era o primeiro local de contato do africano recém-chegado, ao tentar estabelecer relações de sociabilidade e aprendizado da língua. Era ali o local de seu renascimento, de sua ressurreição, após sobreviver à travessia. O escravizado desembarcava e, sem outras alternativas, precisava ressignificar sua vida por meio de uma nova socialização. No entanto, toda esta área da cidade, dedicada ao “comércio de carne humana”, sofreu com uma desqualificação de sua história e de sua população.

Embora tecnicamente acidental uma vez que os vestígios foram escavados quando da realização de obras de esgotamento pluvial na avenida Barão de Tefé, a redescoberta do Cais do Valongo não foi casual. Estudiosos tinham a referência de sua localização (PINHEIRO e CARNEIRO, 2016) e, em 2004, um grupo de ativistas e historiadores liderados por Austregésilo de Athayde requereu à Prefeitura do Rio de Janeiro a escavação, mas sem sucesso (VASSALO, 2016). Até aquele momento, não havia interesse em resgatar este local e a memória da história da cidade. A partir do início da escavação, a equipe de arqueólogos e historiadores liderada por Tânia Lima promoveu esforços para que o local fosse preservado e reconhecido como sítio cultural relevante (LIMA, 2016). No entanto, resgatar este marco físico passava por toda uma questão de

¹⁰ Cf. Moraes (2016), Vassalo e Cicalo (2015), Jordão (2016). Pinheiro e Carneiro (2016) e Soares (2018).

poder, ou seja, estava em jogo uma disputa de usos, discursos e memórias.

Quando do início da escavação, o então prefeito Eduardo Paes¹¹ fez alarde da redescoberta, incentivando sua preservação como as “ruínas romanas” do Rio de Janeiro (VASSALO & CICALO, 2015). Somou-se a isso a atuação dos ativistas que já haviam pleiteado a escavação do Cais, para que o mesmo fosse trazido à superfície no intuito de resgatar e valorizar a contribuição africana para a história e a cultura brasileiras.

As reformas sofridas até então pelo Cais (remodelamento e “batismo” como Cais da Imperatriz e aterramento na reforma Pereira Passos) denotam mais do que apenas uma intenção urbanística, mas sim, uma questão de mudança de significado do local. Num primeiro momento, uma reforma para que uma princesa europeia ali chegasse, as pedras do novo cais se sobrepondo às do desembarque dos escravizados. Ou seja, a barbaridade do tráfico era silenciada, ou melhor, soterrada pela necessidade de demonstrar a civilidade dos trópicos a fim de agradar a elite política europeia. Num segundo momento, o soterramento silenciou o discurso da memória e as lembranças da diáspora. A ressignificação do local de certa forma tentou apagar da memória da cidade um elemento que denotava, pelas perspectivas republicanas, o atraso e os entraves ao progresso; pela perspectiva humanitária, um processo de sofrimento e despersonalização (SOARES, 2018; VASSALO, 2015).

Essa perspectiva é secundada por Milton Guran, um dos artífices do processo de patrimonialização do Cais, ao afirmar que a tentativa de apagamento da memória da escravidão foi feito por todo o continente americano (GURAN, 2015). Já Pereira (2007), num comparativo entre o Cemitério dos Pretos Novos e o *African Burial Ground*¹², em Nova Iorque, mostra como a memória da escravidão é silenciada e desprezada no Brasil não apenas no discurso, mas no descaso com os vestígios materiais do período escravista.

Portanto, no momento presente, desenterrar e preservar o Cais tem um significado importante de resgate de memória e retomada das lembranças da escravidão, da diáspora africana e da grande contribuição cultural que os africanos escravizados tiveram na nossa cultura contemporânea. Reconhecer e

¹¹ Eduardo da Costa Paes (1969 -) foi prefeito da cidade do Rio de Janeiro de 2008 a 2016, tendo sido anteriormente subprefeito da Região Administrativa da Zona Sul. Também foi vereador e deputado. Foi o gestor responsável pela operacionalização de diversas obras urbanas com vistas à Copa do Mundo de 2014 e os jogos olímpicos de 2016.

¹² Sítio arqueológico constituído por um cemitério de escravos africanos que desembarcaram na cidade de Nova York até 1790.

valorizar a existência de uma “história subterrânea” (VASSALO, 2014, p. 15), que foi determinante para a formação da história e cultura carioca e brasileira.

O Cais, o Porto e a Pequena África

Com a proibição do tráfico negreiro em 1831 e a, conseqüente, retirada do desembarque de escravizados do Valongo para locais mais ocultos, o comércio da área começou a se transformar, sendo direcionado principalmente ao escoamento do café e à sede dos edifícios que, antes eram locais de acomodação e venda de escravizados, acabaram tornando-se trapiches de café e demais mercadorias (LAMARÃO, 1991; CHALHOUB, 1986). A área também serviu de moradia para muitos ex escravos libertos e imigrantes que começaram a migrar para o Rio de Janeiro no século XIX e início do XX (MOURA, 1995, GUIMARÃES, 2016).

Conforme visto anteriormente, o porto do Rio de Janeiro é historicamente conectado à presença de afrodescendentes e a região portuária¹³ guarda até hoje a presença desta herança. Após a abolição da escravatura (1888), os ex escravos acabaram por concentrar-se na região do porto, uma vez que esta área oferecia oportunidades de trabalho. Ao permanecerem ali por questões profissionais, acabaram residindo também nessas áreas e fazendo dele um espaço de sociabilidade negra, perdurando até a atualidade, através de saberes e memórias. O intercâmbio entre as diversas etnias e elementos culturais, oriundos de povos africanos, perdurou por bastante tempo, e fez com que a região ficasse conhecida por “Pequena África”.¹⁴

Stuart Hall (2003) analisa as culturas de diáspora como algo “impuro”, ao discorrer sobre como estas culturas misturam elementos da origem dos povos deslocados com os modelos culturais tradicionais da localidade em que se fixaram, numa tentativa de criar uma identidade para si que seja significativa com sua realidade de desenraizados, numa reinvenção de quem são essas pessoas. Considerando a perspectiva da cultura diáspora como uma estratégia de reconstrução da vida e do cotidiano, torna-se fundamental

¹³ Na cidade do Rio de Janeiro, a região portuária abarca os bairros da Saúde, Gamboa, Santo Cristo, as imediações da Pedra do Sal e o Morro da Conceição.

¹⁴ Embora convencie-se que o termo tenha sido cunhado pelo sambista Heitor dos Prazeres, o historiador Carlos Eugênio Líbano Soares afirma que apenas a popularização se deu pelo referido sambista, uma vez que a área já era conhecida por este nome desde o século XIX, devido à utilização da região pelo comércio escravista. (SOARES, 2018, p. 420)

compreender a dinâmica da região portuária e mais especificamente da Pequena África, como determinante para uma memória e cultura negras, e significativamente para a construção da cultura do Rio de Janeiro.

Retornando aos trabalhos de Chalhoub (1986) e Arantes (2005), vemos como a atividade portuária, pré e pós abolição, esteve vinculada aos trabalhadores negros até o momento das primeiras obras de modernização da região e ingresso massivo de imigrantes estrangeiros. Uma vez que a dinâmica do trabalho de embarque e desembarque sempre foi bastante fluida, essa região era área não só de trabalho, mas também de socialização e diversão dos trabalhadores portuários, bem como de organização de lutas por condições mais dignas de trabalho desde a época da escravidão (Arantes, 2005, p.101). Os primeiros sindicatos de trabalhadores da região portuária foram ali fundados com massiva presença de trabalhadores negros¹⁵.

No entanto, houve uma forte ação do poder público no sentido de controlar tanto as práticas sociais quanto culturais da população pauperizada da cidade, em grande parte negra, devido à falta de ações de inserção social dos libertos após a abolição. Podemos citar como exemplo o capítulo XIII do Código Penal de 1890, que criminaliza a vadiagem (portanto o desemprego, uma vez que caracteriza como vadiagem não exercer ofício em que ganhe a vida), a feitiçaria (considerando desta forma diversos ritos e crença que não fossem ligados ao cristianismo) e a capoeiragem, dança/jogo usado como elemento de defesa pela população afrodescendente (SOARES, 2001). A legislação corroborava um projeto de Estado que visava a modernização do país, incluindo uma proposta de higienização e organização da cidade. Sob essa ótica, o poder público julgava algumas áreas e suas respectivas populações como de maior atenção, ou seja, as “classes perigosas” como relata José Murilo de Carvalho (2006, p.18). A região portuária e seus moradores, em sua grande maioria negros, mereciam mais atenção e muitas vezes algo que hoje pode ser encarado como perseguição por parte da intendência da polícia da época. Chalhoub (1986) também destaca a maciça presença de trabalhadores negros nos processos judiciais envolvendo a região portuária na primeira década do século XX.

Uma das questões sob discussão não era apenas a *existência* da população negra, mas a adequação de suas práticas culturais ao projeto de cidade

¹⁵ A “Sociedade de Resistência dos Trabalhadores em Trapiche e Café” foi fundada em abril de 1905. Através da análise do livro de matrícula dos membros da sociedade, constatou-se que muitos dos primeiros sindicalizados nasceram ainda durante a escravidão, e a composição étnica dos sócios mostrava que pretos e pardos representavam cerca de 80% do total. (ARANTES, 2005, p. 10)

moderna, progressista e civilizada que o governo municipal buscava. Frantz Fanon (2008) destacou que uma das maneiras de se cometer racismo, além da negação de oportunidades, pressão estética e segregação espacial é através da desqualificação cultural. A inferiorização das práticas e saberes da população africana e afrodescendente culminou também num processo de depreciação de toda a cultura oriunda desta população.

Na década de 1920, a região portuária tem seu aspecto de referência cultural afro brasileira fortalecido com a imigração de negros baianos para a região, sobretudo, nas imediações da Pedra do Sal. Além de incluir na dinâmica de gênero uma relação de matrifocalidade¹⁶ através da relevância das “tias” baianas no cotidiano da região, surgem com mais intensidade os terreiros de candomblé, tornando ainda mais marcante a questão da religiosidade de matriz africana na região, uma vez que vários dos migrantes eram libertos ou descendentes de africanos escravizados (MOURA, 1995). Surgem também as casas de zungu, espaços de alimentação e sociabilidade, que integrava os africanos ainda presentes, os afrodescendentes cariocas, os baianos recém-chegados, os portugueses da área do Morro da Conceição, e demais trabalhadores da região (GUIMARÃES, 2014; MATTOS & ABREU, 2010).

Esta migração baiana contribuiu para novas práticas culturais na região, propiciando convivências que resultariam no que pode ser considerada uma das maiores expressões da cultura afro-brasileira, o samba. Tendo como figura central a Tia Ciata (1854-1924), baiana migrada para o Rio de Janeiro, muitos artistas encontraram em seu entorno o ambiente propício para desenvolverem sua arte. Tia Ciata era cozinheira e mãe de santo, frequentadora do famoso terreiro de João Alabá (também localizado na região portuária), e com o tempo agregou ao seu redor algumas das figuras que seriam determinantes para o surgimento e a proliferação do samba. Sua casa foi reduto de sambistas da primeira geração como Donga, Pixinguinha, João da Baiana e Heitor dos Prazeres, o autor oficial da denominação “Pequena África”.

A figura de Tia Ciata é bastante emblemática não só por sua relevância no samba, mas por subverter de certa forma a dinâmica de perseguição a manifestações e costumes da população pobre e negra da época. Tia Ciata era considerada como protegida do presidente Wenceslau Brás¹⁷, por ter conseguido curá-lo de uma enfermidade com seus conhecimentos botânicos

¹⁶ Matrifocalidade é um conceito que descreve os grupos domésticos ou familiares centrados na presença e na figura da mãe, matriarca, com o pai ou ausente ou detendo um papel secundário na dinâmica familiar.

¹⁷ Wenceslau Brás Pereira Gomes (1868-1966) foi presidente do Brasil entre 1914 e 1918.

– e, talvez, também religiosos (MOURA, 1995). Portanto, a segurança encontrada ao seu redor foi determinante para que em sua casa e quintal se reunissem músicos, artistas, capoeiristas, candomblecistas e demais pessoas desejosas de poder praticar seus costumes e sua cultura.

Na década de 1980, ativistas do movimento negro encetaram uma movimentação para resgatar o papel cultural da Pequena África, conseguindo o tombamento da Pedra do Sal como Patrimônio cultural do Estado, em 1984. Também nesta época, se inicia um embate fundiário entre a Venerável Ordem Terceira de São Francisco da Penitência (VOT) e os moradores de imóveis alugados de sua propriedade.

Como analisa Guimarães, a VOT iniciou um processo de aumento dos aluguéis dos imóveis, até então muitas vezes simbólicos, ao mesmo tempo que recrudescer os esforços de evangelização por uma ótica de “salvação” da população portuária, considerada como desprovida de valores:

Dentro dessa lógica, os bairros portuários tiveram seus espaços classificados como ‘degradados’ e ‘abandonados’ e suas sociabilidades associadas não mais à moradia e lazer das classes populares, mas à ‘prostituição’, ‘tráfico de drogas’ e ‘favelas’. E, após serem colocados à margem de supostos modelos de urbanidade e civilidade, eles logo se viram alvo de discursos que propalavam a necessidade de modificar seus usos e funções (GUIMARÃES, 2014, p.3)

Esta perspectiva salvacionista conflitava com a presença de praticantes de religiões de matriz africana na região, que paulatinamente foram saindo, considerando-se reprimidos pela ação da VOT. Alguns dos moradores decidiram estruturar-se em ações de resistência para preservação de seus locais de moradia e de suas tradições culturais, ensejando o posterior reconhecimento de sua comunidade como o Quilombo da Pedra do Sal, reconhecido pela fundação Palmares em 2004 (MATTOS & ABREU, 2010).

O reconhecimento dos moradores como quilombolas se deveu a uma nova perspectiva da definição de quilombo, entendido como lugar de luta e resistência a uma opressão histórica, como ressaltam Mattos e Abreu em seu Relatório Técnico de Identificação de remanescentes do quilombo da Pedra do Sal. O estudo considerou que os quilombolas da Pedra do Sal:

(...) constituem hoje o único contingente humano que pode legitimamente se reivindicar como continuador das implicações histórico-sociais da presença negra e escrava na área portuária; que pode como tal assumir a memória e dar seguimento às atividades rituais que



constituem o patrimônio imaterial; e que finalmente pode reivindicar o território como constitutivo de sua identidade étnica (MATTOS & ABREU, 2010, p.5)

Consideramos que estas ações de manutenção e resgate da cultura negra, presente na região portuária e mais especificamente na Pedra do Sal, tenham sido determinantes para o reconhecimento e valorização da herança africana na região portuária, uma vez que trouxeram à tona uma série de discussões sobre a relevância cultural negra para a formação da sociedade brasileira, e sobre a importância do respeito às manifestações e elementos culturais oriundos dos povos diaspóricos.

A “redescoberta” do Cais do Valongo no contexto das obras do Porto Maravilha.

Com a entrada do Rio de Janeiro no calendário dos eventos esportivos internacionais (Copa do Mundo de 2014 e Olimpíadas de 2016), a cidade foi sofrer reformas com vistas a prepará-la para receber grande quantidade de turistas e esportistas. E mais uma vez, foi pensado um projeto de cidade não para quem vivia nela, e sim para quem vinha vê-la a partir de fora. Com inspiração em diversos projetos de revitalizações portuárias anteriores, o projeto Porto Maravilha¹⁸ pretendeu transformar a região num espaço de investimento e socialização da cidade. Com a proposta de recuperar a infraestrutura urbana, de transportes, meio ambiente e de resgate do patrimônio histórico e cultural da região portuária, as obras se propuseram a revitalizar a área através de atração de investimentos empresariais e de parcerias público-privadas que viabilizassem as obras na região. (ANDREATTA, 2010; DINIZ, 2013. MORAES, 2016).

Embora no escopo das obras, de acordo com o sítio institucional do Porto Maravilha¹⁹, a responsabilidade social com os moradores esteja em pauta por meio da destinação de recursos auferidos com os investimentos na área portuária, verifica-se que a grande intenção do projeto governamental era de

¹⁸ Projeto de reforma e revitalização da região portuária do Rio de Janeiro, estabelecido através de parcerias público-privadas para a criação da CDURP – Companhia de Desenvolvimento Urbano da Região do Porto do Rio de Janeiro. A CDURP foi responsável pela articulação entre os órgãos públicos e a Concessionária Porto Novo, executora das obras de reforma da região.

¹⁹ PREFEITURA DO RIO DE JANEIRO. Porto Maravilha. Disponível em: <http://portomaravilha.com.br/>, acesso em 2 ago 2018.

atração de novos negócios, principalmente estrangeiros, mediante “revitalização” da área, acabando com a percepção de degradação tida como consenso até então.

Quando se fala em revitalização, considera-se, pelo próprio significado da palavra, que a área em questão não tem vida, o que não condiz com a realidade da área portuária e da Pequena África. Inclusive uma das preocupações dos ativistas e estudiosos acerca do Quilombo da Pedra do Sal era com a possível descaracterização da área a partir de um processo de revitalização que implicasse na gentrificação do local. Os projetos em relação ao porto eram muito mais de entrada de recursos econômicos do que de preocupação com um crescimento sustentável do ponto de vista da população do local (GUIMARÃES 2014).

O processo de gentrificação pode ser definido como a alteração da composição econômica e social de um local, e que acaba por criar um processo de exclusão social e de especulação, convertendo espaços anteriormente degradados ou desvalorizados em espaços de consumo de uma parcela da sociedade com maior poder aquisitivo. A gentrificação de uma área acaba por expulsar dali a população mais pobre, através da impossibilidade econômica de sua permanência e consumo na área. (CARLOS, 2010)

Os projetos iniciais do Porto Maravilha aparentaram não levar em conta a existência de vários marcos da história e cultura afro-brasileiras no entorno. A Pedra do Sal já era patrimônio do estado, mas não houve nenhum projeto de destaque da mesma nas ações de reforma – ainda hoje ostenta apenas uma placa enferrujada dizendo poucas frases sobre sua história. A praça da Harmonia, reduto da resistência portuária durante a Revolta da Vacina em 1904 (CARVALHO, 2006, SEVCENKO, 2013) também não era sequer citada, muito menos o Cemitério dos Pretos Novos,

Este cemitério, hoje Instituto dos Pretos Novos (IPN), cuja localização não era mais conhecida desde sua desativação no século XIX, foi descoberto durante uma reforma numa casa da rua Pedro Ernesto, no bairro da Gamboa. Começaram a surgir ossos humanos e após pesquisas arqueológicas e geográficas constatou-se ser ali o cemitério criado para ser destino final de cerca de 20 mil escravizados que não sobreviveram à travessia ou à quarentena em sua chegada ao Rio - 6 mil deles apenas entre 1824 e 1830. A alocação do cemitério obedeceu à necessidade de resolver o problema de superlotação do cemitério de Santa Rita, que tinha recebido até então os corpos dos escravizados (PEREIRA, 2007).

Enquanto a Pequena África pode ser considerada um símbolo da

reinvenção da vida, da sobrevivência e ressignificação cotidiana da realidade dos escravizados, o IPN representa a memória de sua despersonalização. Registros analisados por Pereira (2007) com relação aos sepultamentos, bem como as análises arqueológicas efetuadas no local, indicam que estes eram feitos de maneira precária, em vala comum, ateando fogo aos corpos após o sepultamento. Com a crescente urbanização e adensamento populacional da região, o odor dos corpos em decomposição gerado pela precariedade dos sepultamentos acabou por provocar reclamações dos moradores do entorno, forçando o fechamento do cemitério em 1830. O enterro dos pretos novos neste cemitério, segundo Pereira (2007), revela além da violência física da escravidão, uma violência cultural ao desprezar completamente qualquer crença dos escravizados.

O processo de reforma da região portuária para os eventos esportivos, a partir de uma ótica de revitalização e atração de investimentos privados, privilegiou determinados sítios como locais de interesse histórico e cultural. De acordo com Guimarães (2014), o grande risco desta classificação é que, automaticamente, se classifica os demais como desimportantes. O cais, como elemento físico da diáspora africana, foi levado em conta nos projetos a partir de sua redescoberta. No entanto, o que se verificou através das ações do poder público foi uma relativa desvalorização dos demais elementos culturais e materiais desta diáspora, levando ao questionamento de que memória da escravidão se pretendia preservar, a do comércio humano ou a da resistência e reinvenção da vida.

Estas questões balizaram o trabalho de ativistas e historiadores em busca de um reconhecimento e valorização do papel da cultura negra e da importância da região da Pequena África na dinâmica do Rio de Janeiro. Foram envidados diversos esforços em prol deste reconhecimento através de novas perspectivas arqueológicas de valorização da cultura, que culminaram na criação do Circuito Histórico e Arqueológico da Celebração da Herança Africana pela prefeitura municipal do Rio de Janeiro em 2011. Este circuito obedeceu não apenas a anseios dos grupos supracitados, mas também a uma ótica mercantil da cultura. Diversas discussões têm sido encetadas por historiadores e ativistas sobre esta questão da mercantilização da herança e da memória africanas não como aspecto cultural, mas como mercadoria do ponto de vista turístico, uma vez que não se consideram as vozes dos reais herdeiros desta memória e desta cultura no planejamento das ações em torno do Circuito. Este considera a memória da escravidão, e como ressaltamos acima, será este o legado que os herdeiros da memória querem considerar, ou o da vivência apesar das adversidades?

De acordo com Vassalo e Cicalo (2015) o que se vê nas atitudes governamentais em relação à herança cultural africana é um distanciamento, no sentido de não promover discussões com os ativistas e estudiosos para buscar uma solução que não só atenda a questão de marco turístico, mas também de local de memória, característica comum a todos os sítios do Circuito. Um destes exemplos de arbitrariedade é a inclusão dos Jardins Suspensos do Valongo no Circuito, construídos na reforma urbana de Pereira Passos – a mesma que aterrou o Cais – e reformados pelo prefeito Eduardo Paes, local totalmente descolado da memória africana. Ele foi incluído por ter sido totalmente restaurado durante as obras do projeto Porto Maravilha, atendendo ao anseio de local turístico por parte da prefeitura, mas não à memória da escravidão, uma vez que não há menção sobre a questão do comércio de escravizados na área. (JORDÃO, 2015).

É fundamental que se reconheça a região da Pequena África não só como relacionada à escravidão, e sim à memória de uma vivência permeada pela dor e pela reinvenção do cotidiano. E se faz necessária, portanto, uma ação do poder público no sentido de dialogar com a população herdeira desta cultura para, em conjunto, discutir ações de melhoria e valorização da área, sem desconsiderar nem o seu passado nem o seu presente.

Patrimônio cultural: oportunidade de novas vozes?

Em Janeiro de 2016, o Iphan – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional e a Prefeitura do Rio de Janeiro encaminharam à Unesco a proposta de candidatura do Cais do Valongo a Patrimônio Cultural da Humanidade. O dossiê considerou não apenas a questão física e histórica do cais desenterrado, mas também a questão cultural, ao reconhecer que o legado material encontrado durante as escavações do cais é considerado “excepcional pela quantidade e concentração de materiais associados à Diáspora Africana”²⁰.

O Dossiê, já em seus agradecimentos, refere-se aos moradores da região do Porto, e no fim, após as delimitações do Cais, contextualização histórica e relatórios técnicos com vistas à patrimonialização, mostra todo o entorno do Cais, com as construções antigas – inclusive as da questão fundiária da VOT – e o entorno da Pedra do Sal. Ressalta ainda que “a profusão de vestígios expostos testemunha, principalmente, a ocupação e apropriação

²⁰ PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO. Porto Maravilha. *Cais do Valongo é patrimônio da humanidade*. Rio de Janeiro, 09 jun. 2017. Disponível em: <http://portomaravilha.com.br/noticiadetalle/4719>, acesso em 09 out. 2017.

cotidiana daquele espaço pela população africana” (IPHAN, 2016, p. 27).

Quando da escavação do cais, havia toda uma mudança de paradigma em relação à questão da diáspora africana e dos sítios de memória. Já estava instituído o Projeto Rota do Escravo²¹ da Unesco, com o intuito de contribuir para um melhor entendimento da questão escravista como crime contra a humanidade, refletir sobre o pluralismo étnico e sobre a herança cultural e de memória trazida pelo tráfico atlântico.

Somado a isso, as políticas afirmativas e aumento da militância dos movimentos negros no Brasil tiveram maior relevância em seus atos e pronunciamentos acerca do assunto, caro à questão da ancestralidade e do reconhecimento da dívida histórica da escravidão. Tanto que desde as primeiras notícias da escavação houve a participação destes grupos em atividades religiosas e culturais ligadas ao redescobrimento do cais, tais como cerimônias de candomblé, lavagens das pedras e rodas de capoeira e de samba (ALMEIDA, 2013; JORDÃO, 2015; VASSALO; 2014).

A declaração do Cais do Valongo como Patrimônio Cultural feita pela Unesco ecoou nestes círculos como um reconhecimento necessário não só ao local, mas a toda a memória a ele ligada. No entanto, ficam algumas questões em aberto, especialmente em relação às ações institucionais sobre o Cais. Haverá espaço para a pluralidade de vozes em torno do Cais? A herança africana será efetivamente considerada como de vivência e não apenas de uma experiência de escravização? O poder público incentivará a realização de atividades ligadas à cultura, memória e religiosidade africanas?

A mercantilização da cultura como turismo e não como fonte de conhecimento e reflexão é efetivamente um risco no que tange ao Cais do Valongo e todo o seu entorno. Os sítios históricos ligados à escravidão necessitam ser vistos como espaço de luta cotidiana, de violência histórica, e não apenas como sítios turísticos ou arqueológicos. A disputa de discursos em torno deste local necessita priorizar as vozes daqueles que há séculos são silenciados.

Como afirma Hebe Mattos, “não há jeito de se contar a história do Brasil sem falar da experiência dos escravizados” (MATTOS, 2015, p.18). E falar desta experiência é reconhecer sua importância para a cultura e história brasileiras da contemporaneidade. Admitir uma dívida histórica de opressão,

²¹ UNITED NATIONS EDUCATIONAL, SCIENTIFIC AND CULTURAL ORGANIZATION. *The Slave Route*. Disponível em: <http://www.unesco.org/new/en/social-and-human-sciences/themes/slave-route/>, acesso em 09 out. 2017.

silenciamento e desqualificação do povo negro e da cultura por ele produzida, determinados como projeto de estado. Valorizar não só o samba, hoje talvez uma das mercadorias culturais brasileiras mais rentáveis, mas todo o conjunto de saberes de matriz africana, fundamentais para a compreensão da formação da sociedade brasileira.

Considerações finais

Conforme verificado mediante análise historiográfica, o Cais do Valongo é um elemento de fundamental importância para a memória da escravidão, e da reinvenção da vida dos escravizados após a diáspora. O Cais perpassa a história do Rio de Janeiro, durante sua longa duração, ou seja, através das modificações dos elementos físicos durante as principais reformas urbanas sofridas pela cidade do Rio, podemos depreender a percepção do poder público acerca da preservação da memória associada a ele.

A partir da redescoberta do Cais e pela decisão governamental pela sua manutenção como sítio arqueológico e elemento de memória –após ação da militância de historiadores e ativistas do movimento negro, uma vez que o projeto original do Porto Maravilha previa ampliação da malha viária na região –questões foram levantadas sobre a relação da zona portuária com a vivência dos africanos escravizados e seus descendentes. Houve uma publicidade maior e um resgate dos demais elementos de memória e cultura ligados a esta população, embora com valorizações diferentes pelo poder público, como é o caso da Pedra do Sal e do Instituto dos Pretos Novos.

A discussão da revitalização da zona portuária passa por uma série de questões sobre lugares de memória, valorização de herança cultural, interesses governamentais e privados e gentrificação. Mesmo com a percepção mais recente de que o projeto não atingiu os objetivos previstos inicialmente e não atraiu os investimentos privados desejados, que mudariam o perfil social da área, é essencial que se mantenha a atenção para a preservação dos Cais e dos demais elementos de memória, quando se considera a importância social, cultural e histórica da região.

A Patrimonialização do Cais do Valongo e seu reconhecimento como sítio sensível tem o potencial de despertar em todos os que o visitam a consciência de que ele é um local de memória de dor, mas de que ele foi apenas a porta de entrada para todo um povo que, mesmo estando aqui como escravizado, foi determinante para a história, economia e cultura do Brasil e cujas vozes, silenciadas durante tanto tempo, devem ser ouvidas e valorizadas. Talvez

o elemento mais marcante que devemos ter em vista na questão da revitalização da região portuária seja olhar o futuro sem virar as costas para o passado.

Referências

ABREU, Martha. **Raízes da Afirmação (p.18-28)**. In: TEIXEIRA, Carlos Alexandre (org). **Roda de Saberes do Cais do Valongo**. Niterói: Kabula Artes e Projetos, 2015.

ALMEIDA, Angélica Ferrarez de. **A tradição das tias pretas na Zona Portuária: por uma questão de memória, espaço e patrimônio**. Setembro 2013, 122p, Dissertação (mestrado), Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

ANJOS, Ana Maria de La Merced G.G.G. dos; PEREIRA, Júlio C. M. da S. **A Saga dos Pretos Novos**. Governo do Rio de Janeiro – Secretaria de Cultura, Prefeitura do Rio de Janeiro, 9ª edição ano 2017.

ARANTES, Erika Bastos. **O Porto Negro: cultura e trabalho no Rio de Janeiro dos primeiros anos do século XX**. Fevereiro 2005, 159p. Dissertação (mestrado), Universidade Estadual de Campinas.

AZEVEDO, André Nunes. **A reforma Pereira Passos: uma tentativa de integração urbana**. Rio de Janeiro: Revista Rio de Janeiro, n.10, maio-agosto, 2003.

_____. **A grande reforma urbana do Rio de Janeiro: Pereira Passos, Rodrigues Alves e as ideias de civilização e progresso**. Rio de Janeiro: Ed. PUC RIO, 2016.

_____.; PIO, Leopoldo Guilherme. **Entre o porto e a história: revitalização urbana e novas historicidades no porto do Rio de Janeiro com vistas às Olimpíadas de 2016**. Revista Tempo e Argumento v. 8, p. 185–208, 2016.

BENCHIMOL, J. L. **Pereira Passos: um Haussman Tropical. A renovação urbana da cidade do Rio de Janeiro no início do século XX**. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esportes, 1992.

CARVALHO, José Murilo de. **Os Bestializados: O Rio de Janeiro e a República que não foi**. São Paulo: Cia das Letras, 1987.

CHALHOUB, Sidney. **Trabalho, Lar e Botequim: o cotidiano dos trabalhadores da belle époque carioca**. Rio de Janeiro: Brasiliense, 1986.

_____. **Cidade Febril: cortiços e epidemias na Corte Imperial**. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 1996.

_____. **Medo Branco de Almas Negras: Escravos, Libertos e Republicanos na Cidade do Rio**. São Paulo: Revista Brasileira de História, v.8 n° 16 pp. 83-105.

GUIMARÃES, Roberta Sampaio. **A utopia da Pequena África: projetos urbanísticos, patrimônios e conflitos na zona portuária carioca**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2016.

_____. **A arquitetura de um espaço de “salvação” em tempos de revitalização urbana da região portuária carioca**. Trabalho apresentado no 38º Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais, 2014

GURAN, Milton. **Valores do sonho e da memória (p.108-115)** In: TEIXEIRA, Carlos Alexandre (org). **Roda de Saberes do Cais do Valongo**. Niterói: Kabula Artes e Projetos, 2015.

HALL, Stuart. **Da diáspora: Identidades e mediações culturais**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. **Sítio arqueológico do Cais do Valongo – Proposta de inscrição na lista do patrimônio mundial**. Brasília: IPHAN, 2016.

JORDÃO, Rogério Pacheco. **Uma descoberta anunciada: lembranças, apagamentos e heranças do mercado de escravos do Valongo no Rio de Janeiro**. Abril 2015, Tese (doutorado), Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

LAMARÃO, S. T. D. N. **Dos Trapiches ao Porto: um estudo sobre a área portuária do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, 1991.

LIMA, Tania A.; SENE, Gláucia M; SOUZA, Marcos André T. **Em Busca do Cais do Valongo, Rio de Janeiro, Século XIX**. São Paulo: Anais do Museu Paulista, v. 24, n. 1, jan-abr 2016

MATTOS, Hebe. **Raízes da Afirmação (p.34-39)** In: TEIXEIRA, Carlos Alexandre (org). **Roda de Saberes do Cais do Valongo**. Niterói: Kabula Artes e Projetos, 2015.

_____; ABREU, Regina. **Relatório histórico-antropológico sobre o quilombo Pedra do Sal em torno do samba, do santo e do porto. Relatório Técnico de identificação e delimitação da comunidade remanescente de quilombo Pedra do Sal.** Rio de Janeiro: MDA/Incrá, 2010

MORAES, Renata Figueiredo. **A escravidão e seus locais de memória – o Rio de Janeiro e suas “maravilhas”.** Odeere: revista do programa de pós graduação em Relações Étnicas e Contemporaneidade – UESB, ano 1, número 2, julho – dezembro 2016.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA. *Representação da UNESCO no Brasil. Cais do Valongo é o novo sítio brasileiro inscrito na lista do Patrimônio Mundial da Humanidade.* Brasília, 09 jun. 2017. Disponível em http://www.unesco.org/new/pt/brasil/abouthis-office/single-view/news/valongo_wharf_is_the_new_brazilian_site_inscribed_on_unesco/, acesso em 22 set. 2017

PEREIRA, Júlio Cesar M. da S. **À flor da terra: o cemitério dos pretos novos no Rio de Janeiro.** Rio de Janeiro: Garamond: IPHAN, 2007.

PINHEIRO, Márcia L; CARNEIRO, Sandra S. **Revitalização urbana, patrimônio e memórias no Rio de Janeiro: usos e apropriações do Cais do Valongo.** Estudos Históricos: Rio de Janeiro, vol. 29, nº 57, p. 67-86, janeiro – abril 2016.

PREFEITURA DO RIO DE JANEIRO. Porto Maravilha. Disponível em: <http://portomaravilha.com.br/>, acesso em 2 ago 2018.

PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO. Porto Maravilha. *Cais do Valongo é patrimônio da humanidade.* Rio de Janeiro, 09 jun. 2017. Disponível em: <http://portomaravilha.com.br/noticiadetalle/4719>, acesso em 09 out. 2017.

SOARES, Carlos Eugênio Líbano. Valongo. In: SCHWARCZ, Lília M.; GOMES, Flávio (orgs). **Dicionário da Escravidão e Liberdade.** São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

UNITED NATIONS EDUCATIONAL, SCIENTIFIC AND CULTURAL ORGANIZATION. *The Slave Route.* Disponível em: <http://www.unesco.org/new/en/social-and-human-sciences/themes/slave-route/>, acesso em 09 out. 2017.

VASSALO, Simone Pondé. **Entre ciência e ancestralidade: o Cemitério dos Pretos Novos na encruzilhada das interpretações.** Trabalho apresentado no

XIII Congresso de Associação de Estudos Brasileiros, Brown University, Providence, 31 de março a 2 de abril de 2016.

_____ ; CICALO, André. **Por onde os africanos chegaram: o Cais do Valongo e a institucionalização da memória do tráfico negreiro na região portuária do Rio de Janeiro.** Horizontes Antropológicos: Porto Alegre, ano 21, n° 43, p. 239-271, jan/jun 2015

WERNECK, Felipe. Estrutura de antigo Cais da Imperatriz é achada durante escavação no Rio. In: *Estadão*. Rio de Janeiro, 01 mar. 2011. Disponível em <https://brasil.estadao.com.br/noticias/geral,estrutura-de-antigo-cais-da-imperatriz-e-achada-durante-escavacao-no-rio,686309m>, acesso em 18 set. 2018.

Abstract. The article presents an analysis of the historical and cultural role of the Cais do Valongo, recently declared Cultural Heritage of Humanity. Through a bibliographical analysis, it seeks to understand its relationship with the slave dynamics and its surroundings, where innumerable Africans and Afrodescendants were established, as well as the unfolding and cultural influences generated by the coexistence of this population. It also analyzes the African cultural heritage and the processes of disqualification and silencing that this inheritance has undergone. It considers the patrimonialisation of the Quay in a context of gentrification of its surroundings and, finally, raises questions about its role as heritage and historical heritage in the future.

Key words: Valongo Wharf, Small Africa, slavery, memory, culture.
